

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

## FRONTEIRAS DO CATIVEIRO: SIGNIFICADOS TRANSNACIONAIS DE LIBERDADE E ESCRAVIDÃO (BRASIL/URUGUAI, SEGUNDA METADE DO XIX)

Michele dos Santos

Mestranda

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

michelesantos.hist@gmail.com

**Resumo:** Este projeto de pesquisa tem como objetivo entender os significados de liberdade e cativeiro que circulavam na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai em uma época em que inúmeros agentes sociais conviviam próximo a uma linha limítrofe bastante porosa. De um lado, temos um Brasil ainda fortemente escravista, que se adaptou ao fim do tráfico internacional de escravizados através de variadas estratégias, seja a reprodução endógena das escravarias, seja através de formas de escravidão disfarçada. De outro, temos o Uruguai, país que já emancipou seus cativos em dois momentos: no ano de 1842 e de 1846. Tentaremos compreender as experiências das pessoas que viviam e trabalhavam na região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, entender como eram as relações de liberdade e de escravidão destes indivíduos, como funcionavam os mecanismos de tráfico ilegal e de reescravização assim como as experiências e vivências de homens e mulheres escravizados na região. As principais fontes de nossa análise serão as ações de liberdade movidas pelos próprios indivíduos negros (através de seus curadores) e os processos de escravização ilegal (acionados pela justiça imperial) principalmente visando súditos uruguaios injustamente escravizados.

**Palavras-chave:** Escravidão; Fronteira; Ações de Liberdade

No Arquivo Judiciário Centralizado (AJC), onde realizei estágio durante o período de 2012 até 2014, enquanto fazia uma busca sobre o tema de um trabalho na graduação, da cadeira de África, localizei algumas peças jurídicas, estas armazenadas em caixas no Acervo Histórico Judicial (AHJ), no setor de Guarda Permanente, que relatavam experiências de indivíduos escravizados aqui na província sulina, e que se relacionavam com a mobilidade fronteiriça, ligados as leis abolicionistas uruguaias e antitráfico internacional brasileiras.

Em uma das caixas intituladas “Canguçu Cível”, me deparei com uma ação de liberdade que

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

fora movida por um rapaz que era mantido escravizado ilegalmente chamado Antônio, contra sua *senhora* Joanna Silveira do Amaral, na segunda metade do século XIX. Essa ação de liberdade baseava-se no argumento de que aquele escravizado dizia ser livre por ter nascido e sido batizado na Banda Oriental, quando lá a escravidão negra já estaria proibida por lei e, após certo tempo, ter sido trazido para a o Rio Grande do Sul e aqui ainda sendo considerado como escravo por sua *senhora*.

Acervo Histórico Judicial teve início em 2006, quando era Coordenador do AJC o historiador e arquivista Alexandre Veiga. Ele foi o mentor desta iniciativa e delegou a tarefa de constituir um Acervo Histórico com os processos judiciais findos a historiadora Anelda Pereira de Oliveira<sup>1</sup>. Para tanto, a autorizou a recolher processos do século XIX, pesquisá-los e conservá-los. O setor de Guarda Permanente, ou seja, o Núcleo Permanente do Arquivo, foi criado oficialmente a partir de 2012.

A guarda, eliminação e conservação dos processos ali custodiados seguem uma Tabela de Temporalidade, organizada de acordo com determinações do Conselho Nacional de Justiça<sup>2</sup>. O Serviço de Arquivos Judiciais e Administrativos está subordinado a Direção Administrativa do Tribunal de Justiça do RS. O atual arquivo formou-se a partir de agosto de 2006, quando ficou decidido pela alta Administração do Tribunal de Justiça que os documentos depositados nas comarcas do interior do estado fossem recolhidos e centralizados em Porto Alegre.

Além dos documentos do AHJ, nossa busca se estenderá ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), no qual já localizamos alguns processos de escravização ilegal. Também destacamos a importância dos documentos custodiados pelo Archivo General de la Nación, localizado em Montevidéu (Uruguai). Os documentos listados nas referências, foram fotografados e disponibilizados pelo professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, e trazem ofícios e relatórios trocados entre autoridades brasileiras e uruguaias a respeito de assuntos diversos, destacando-se os assuntos sobre presença de escravizados

---

<sup>1</sup> A professora Anelda é formada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, obtendo a Licenciatura Plena em História no ano de 1995 e o Bacharelado em História em 1997. Em 2006 foi designada, pelo Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Marco Antônio Barbosa Leal, para servir no AJC.

<sup>2</sup> A tabela de temporalidade é um instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação. (BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1991).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

de senhores brasileiros em território uruguaio e o sequestro de cidadãos uruguaio livres, levados para o Brasil e ilegalmente colocados em cativeiro.<sup>3</sup>

Este processo, encontrado por sorte, chamou minha atenção tanto que, conversando com o professor Paulo Moreira, que me orientaria futuramente, resolvemos escrever o Trabalho de Conclusão de Curso baseado neste tema. Percebemos que uma das possibilidades seria de tratar esta questão fronteiriça, muito visada depois da proibição do tráfico negreiro internacional, quando a lei Feijó de 1831, acabou por estimular a clandestinidade por parte principalmente dos grandes fazendeiros estabelecidos no Rio Grande do Sul e que usavam os férteis pastos uruguaio como local de internada de seus gados, manejados por trabalhadores rurais escravizados.

Em 2019, quando tomei a decisão de voltar para a academia para dar seguimento aos meus estudos, em reunião com meu orientador da graduação, decidimos dar continuidade a pesquisa iniciada no trabalho de conclusão. Sendo assim, nosso projeto será pensado a partir da indagação de como funcionavam estas experiências de vivência de escravizados em regiões de fronteira, na vigência de mecanismos de tráfico ilegal e de escravidão disfarçada. Usando documentos judiciais, pensamos compreender as experiências sociais escravas e as políticas de domínio senhoriais numa região de fronteira no século XIX, onde os países limítrofes como o Uruguai, já haviam abolido a escravidão.

Mostrar como foram burladas as leis e como agiam os fazendeiros e os demais beneficiados pelo trabalho escravo, a partir da proibição do contrabando 'legal' destes desfavorecidos africanos não é empreitada extemporânea, mas dialoga com propostas políticas conservadoras contemporâneas. Com este trabalho pretendo demonstrar que os negros escravizados não se mantinham conformados com a realidade que lhes foi imposta, e que lutavam pelos seus direitos e sua liberdade. Que mesmo nessa sociedade escravista brasileira do século XIX, era possível aos cativos acessar a justiça contra seus senhores, defendendo direitos que julgavam possuir e, por vezes, ganhando suas liberdades, mesmo que depois tivessem que lutar o tempo todo para mantê-la<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Os documentos fotografados e disponibilizados são em número muito maior do que os listados aqui, mas citamos apenas os fundos documentais nos quais temos certeza de encontrar informações a respeito do tema do presente projeto.

<sup>4</sup> Sobre as expectativas dos cativos sobre direitos específicos, ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SCHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

No Brasil, a lei Feijó de 1831 proibiu o transporte transatlântico de africanos escravizados, porém esta lei não fora completamente respeitada, gerando até mesmo um aumento da importação de trabalhadores compulsórios,<sup>5</sup> como comentado anteriormente. Leis impostas pela Inglaterra e que o Brasil não respeitou ou pouco seguiu durante o século XIX, dando fim ao tráfico internacional de escravos somente em 1850, com a Lei Euzébio de Queirós, que visava o fim do tráfico de escravos, foi aprovada na Câmara dos Deputados no mesmo ano, e se torna oficial em 4 de setembro em 1850.

Província marcada pela proximidade com a fronteira, realidade que afirmou peculiaridades e dinamismos próprios, o Rio Grande de São Pedro era extremamente sensível às políticas implementadas pelos seus vizinhos. O processo abolicionista uruguaio, por exemplo, implementado em 1842 e 1846, impactou os trabalhadores escravizados sulinos e suas famílias, principalmente aqueles cujas experiências de vida estavam marcadas pela vida fronteiriça.<sup>6</sup>

## Referências:

### Arquivo Judicial Centralizado

Setor de Guarda Permanente: Caixas “Canguçu: Civil, século XIX” caixas número: HJ0 001387, 1A 58140103, HJ0 001293, HJ0 000476, HJ0 000696, HJ0 000496

Processos: A15082404, F9001998433207, F9001994627561, F9001994627567, F9001994627553, F9001994627554, A14406492

### Archivo General de la Nación

LEGACIÓN DEL URUGUAY EN EL BRASIL

### LISTADO CRONOLÓGICO DE LAS CAJAS

Nº de CAJA	AÑO	CARPETAS	Nº
106 <sup>7</sup>	1852-1855	1-8	1
102	1856-1858	88-129	2

<sup>5</sup> RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

<sup>6</sup> BORUCKI, Alex, CHAGAS, Karla y STALLA, Natália. *Esclavitud y Trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

<sup>7</sup> Fotografei só os que se referiam explicitamente a seqüestro de negros uruguaiois e alguns poucos outros.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

89	1857-1858	130-198	3
108	1859-1860	199-263	4
152	1861-1862	1-70	1
138	1862-1866	71-197	2
137	1867- 1870	198 – 274	3

## LEGACIÓN DEL BRASILEN EL URUGUAY

### LISTADO CRONOLÓGICO DE LAS CAJAS

Nº de CAJA	AÑO	CARPETAS	Nº
125	1839, 43, 50-55	2-131	1
126	1856-1860, 1862	132-233	2
120	1860-1862	234-287	3
128 <sup>8</sup>	1869-1872	501-565	7

BALHEGO, A. B.. O ocaso do escravismo no Rio Grande do Sul: processos cíveis de liberdade no município de Canguçu (1875-1885). 2017 (Monografia - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação).

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2006. [Dissertação de mestrado em História]

BORUCKI, Alex, CHAGAS, Karla y STALLA, Natália. *Esclavitud y Trabajo*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

BURKE, P. A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842 – 1862) – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013*

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, (Tese de Doutorado).

---

<sup>8</sup> Olhei, mas fotografei apenas as capas das carpetas e alguns documentos específicos, sobre escravos ou tropelias na fronteira.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FERREIRA, G. "Os conflitos no Rio da Prata." in: GRINBERG, K. e SALLES, R. *Coleção Brasil Imperial*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010: pp. 309-341.

FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B.S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade*. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ISOLA, Ema. *La esclavitud en el Uruguay. Desde sus comienzos hasta su extinción (1743-1852)*. Publicación de la Comisión Nacional de Homenaje del sesquicentenario de los hechos históricos de 1825, 1975.

IZECKSOHN, V. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, K. e SALLES, R. *Coleção Brasil Imperial*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 Vol. 2, pp. 385-424.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. in: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Civilização brasileira, 2006.

MOREIRA, P. R. S.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Pinto, Natalia Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas calhambolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

\_\_\_\_\_.; SANTOS MATHEUS, Marcelo. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (alegrete, século XIX). *Clio-Revista de Pesquisa Histórica* (ISSN 0102-9487), n. 28.2, 2011.

NEUMANN, Eduardo. S. A fronteira tripartida: a formação do Continente do Rio Grande – século XVIII, In: GRIJÓ, Luis Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a. p.25-46.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha ; FARINATTI, Luis Augusto Eibling. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: Flávio Madureira Heinz. (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, v. , p. 145-177.

VARGAS, Jonas Moreira. “*Pelas margens do Atlântico*”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro, PPGH/UFRJ, 2013. [Tese de Doutorado em História]